

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

ANEXO XIII – GLOSSÁRIO ÚNICO PARA EDITAL E CONTRATO

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

1. GLOSSÁRIO

1.1. Para fins do EDITAL, CONTRATO e ANEXOS, salvo disposição expressa em contrário, os termos, frases e expressões listados abaixo, quando utilizados e redigidos em caixa alta ou com letras iniciais maiúsculas, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados, podendo ser utilizados tanto no plural quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido:

AA	Áreas com Potencial de Atropelamento.
ABASP	É uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo apoiar, fomentar e aprimorar as atividades de bilhetagem e arrecadação nos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros, tais como operação de comercialização de créditos eletrônicos de transporte e de captura e processamento das transações de bilhetagem de transporte, seja no SISTEMA METROFERROVIÁRIO, sistema sobre pneus, ou quaisquer outros modais, com atuação inicial na Região Metropolitana de São Paulo e possibilidade de expansão para outras regiões metropolitanas e municípios do Estado de São Paulo, além de estudos para melhorias nas atividades de bilhetagem e arrecadação nos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros em observância com a legislação e regulamentação aplicáveis. Atualmente é formada pelas Concessionárias do Transporte Coletivo de Passageiros, sobre pneus, da Região Metropolitana de São Paulo, pela Companhia do Metropolitano de São Paulo-METRÔ, e pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM.
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
AC	Área com Potencial de Contaminação.
ACL	Ambiente de Contratação Livre.
ACORDO TRIPARTITE	Acordo firmado entre agente fiduciário, representando os FINANCIADORES, o PODER CONCEDENTE, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA, que disciplina a relação entre as três partes visando à plena execução do CONTRATO, e a preservação dos interesses dos FINANCIADORES.
ADA	Área Diretamente Afetada.
ADJUDICATÁRIA	LICITANTE VENCEDORA à qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, nos termos da legislação aplicável e do EDITAL.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta, federal, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios.
ADR	Alternative Dispute Resolution.
AFILIADA	Empresa controlada pela LICITANTE, nos termos da LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS.
AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	Organização privada dedicada à avaliação e qualificação de empresas ou governos, segundo respectivos graus de risco de não cumprimento de compromissos financeiros, como Fitch, Standard&Poor's ou Moody's.
AGENTE FIDUCIÁRIO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA contratada e remunerada pela CONCESSIONÁRIA com a função de administrar e gerir a garantia a ser prestada pelo PODER CONCEDENTE para assegurar o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, nos termos da Cláusula 52 do CONTRATO.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

AID	Área de Influência Direta.
ALOP	Advanced Loss of Profits.
AMV	Aparelho de Mudança de Via.
ANA	Agência Nacional de Águas.
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
ANEXOS	Conjunto de documentos, parte integrante do EDITAL e do CONTRATO, conforme rol constante do Item “F” da introdução do EDITAL e da Cláusula 74 do CONTRATO.
ANO DA CONCESSÃO	Período de 12 (doze) meses, contado a partir da DATA DE EFICÁCIA, e assim sucessivamente.
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres.
APA	Área de Proteção Ambiental.
APOIO TÉCNICO	Empresa ou consórcio de empresas a ser contratada(o) pela CONCESSIONÁRIA para atuar na CONCESSÃO como agente técnico e tecnológico para apoio às ações de monitoramento e fiscalização do da ARTESP, nos termos do CONTRATO e de seu ANEXO II.E.
APORTE	Aporte de recursos em favor da CONCESSIONÁRIA, a ser pago pelo PODER CONCEDENTE, em parcelas, em função da conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, conforme disciplinado no ANEXO IX.
APP	Área de Preservação Permanente.
APROVAÇÃO	Ato declaratório do AUDITOR INDEPENDENTE, fundamentado em relatórios e laudos técnicos de aferição, que atesta o cumprimento de todas as etapas, especificações técnicas e requisitos estipulados no CONTRATO e em seus ANEXOS, bem como das normas nacionais e internacionais, técnicas e métodos aplicáveis, cuja forma e prática de atuação estão previstos no CONTRATO e em seu ANEXO II.E, relativamente a: (i) SISTEMAS implantados; (ii) MATERIAL RODANTE adquirido; (iii) CONCLUSÃO SUBSTANCIAL, CONCLUSÃO PLENA ou CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA; (iv) capacidade da CONCESSIONÁRIA para início da OPERAÇÃO COMERCIAL; (v) avaliação do cumprimento dos requisitos socioambientais previsto no CONTRATO e no ANEXO IV; e (vi) demais atribuições previstas no CONTRATO e em seus ANEXOS II.E e III.F.
ÁREA DA CONCESSÃO	Área sobre a qual serão prestadas as atividades objeto do CONTRATO.
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica.
ARTESP	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, cujas competências estão estabelecidas na Lei Estadual nº 1.413, de 23 de

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

	setembro de 2024.
ASV	Autorização para Supressão de Vegetação.
ATM	Automated Teller Machine.
ATO	Automatic Train Operation.
ATP	Automatic Train Protection.
AUDIÊNCIA PÚBLICA	Etapa inicial da LICITAÇÃO, nos termos do artigo 29 da Lei Estadual nº 10.177/1998 e do artigo 21 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, cuja realização se deu em 19, 20 e 21 de junho de 2024, para tornar público o modelo da CONCESSÃO, esclarecer dúvidas e colher contribuições para o EDITAL, o CONTRATO e seus ANEXOS.
AUDITOR INDEPENDENTE	Empresa ou consórcio de empresas a ser contratada(o) pela CONCESSIONÁRIA que, sem prejuízo das competências fiscalizatórias e decisórias do PODER CONCEDENTE e da ARTESP, conforme o caso, deve atuar como agente técnico e tecnológico responsável por atividades de acompanhamento, controle, conferência, validação e APROVAÇÃO, em relação: (i) aos BENS INTEGRANTES; (ii) fiscalização e acompanhamento do CONTRATO; e (ii) aos processos de TRANSIÇÃO OPERACIONAL, de CERTIFICAÇÃO de SISTEMAS e MATERIAL RODANTE e de comprovação da aptidão da CONCESSIONÁRIA para início da OPERAÇÃO COMERCIAL, por meio de relatórios, laudos técnicos de aferição do cumprimento de etapas e especificações técnicas constantes do CONTRATO e seus ANEXOS, entre outras atribuições previstas ao longo do CONTRATO e em seu ANEXOS II.E.
AVCB	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, documento emitido pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP), certificando que, durante a vistoria, a edificação possuía as condições de segurança contra incêndio.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275, responsável pela prestação de serviços especializados de assessoria técnica e apoio operacional relativos aos procedimentos necessários à realização da LICITAÇÃO.
BAIXA IMEDIATA DE SERVIÇO	Atendimento Emergencial, falha que paralisa a circulação do MATERIAL RODANTE em uma ou mais vias principais, ou provoca pane total em sistemas e equipamentos vitais para a operação de trem ou envolva Passagem em Nível (PN).
BANCO DEPOSITÁRIO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA autorizada a prestar os serviços de custódia de recursos financeiros para as PARTES, nos termos do CONTRATO e de seus ANEXOS.
BANCO DO BRASIL	Banco do Brasil S.A.
BANCO PAGADOR	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA responsável pela administração da conta do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO.
BASES DE MANUTENÇÃO	Bases de restabelecimento para atender e solucionar, durante todas as 24 (vinte e quatro) horas diárias, falhas em todos os SISTEMAS FIXOS oferecendo infraestrutura mínima para suporte às equipes de manutenção programada nos SISTEMAS FIXOS, para organização e preparação do início das atividades logo após o término da

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

	operação comercial.
BENS INTEGRANTES ou BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO	Todo e qualquer bem afeto ou associado à prestação dos SERVIÇOS, cuja posse, guarda, manutenção, conservação e vigilância são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, incluindo: (i) bens caracterizados ou não como bens reversíveis; e (ii) bens repassados pelo PODER CONCEDENTE ou adquiridos ou incorporados por ação da CONCESSIONÁRIA.
BIM	Building Information Modeling.
BLS	Bureau of Labor Statistics.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOM	Antigo Sistema de Arrecadação do Bilhete Ônibus Metropolitano da RMSP, sistema que foi operado pelo CMT com títulos de viagem remanescentes.
BPII	Boas Práticas Internacionais da Indústria.
BTEX	Benzeno, Tolueno, Etilbenzeno e Xilenos.
BU	Bilhete Único do Município de São Paulo: TÍTULO DE VIAGEM emitido na forma de cartão tipo <i>Smart Card</i> pela São Paulo Transporte – SPTrans.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica, ou a entidade que venha a substituí-lo.
CADIN Estadual	Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais.
CADMADEIRA	Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que comercializam, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira – CadMadeira, criado pelo Decreto Estadual nº 53.047/2008 e reformulado pelo Decreto Estadual nº 66.819/2022.
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DA ABASP	Mecanismo responsável pelo controle, aferição e gerenciamento dos valores recebidos pela venda dos TÍTULOS DE VIAGEM no SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DA ABASP caracterizando-se, portanto, como fiel depositário dos recursos advindos do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO ABASP, dentre outras atribuições previstas na Cláusula 16 do CONTRATO.
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO BU	Mecanismo responsável pelo controle, aferição e gerenciamento dos valores recebidos pela venda dos TÍTULOS DE VIAGEM no SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO caracterizando-se, portanto, como fiel depositário dos recursos advindos do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO, dentre outras atribuições previstas na Cláusula 16 do CONTRATO.
CAPEX	<i>Capital Expenditure</i> (investimentos em bens capitais).
CARRO	Unidade simples que compõe um TREM.
CARROS X QUILÔMETROS DE	Também conhecidos como “quilômetros comerciais”, diz respeito à distância percorrida pelos carros com PASSAGEIROS, observado o disposto no ANEXO IX. Tal

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

SERVIÇO ou CARROS X KM DE SERVIÇO ("CKM")	apuração deverá ser utilizada para aferição da remuneração da CONCESSIONÁRIA, nos termos deste ANEXO.
CARTÕES DE LIBERAÇÃO DE ACESSO	<p>São os cartões que permanecerão em posse de empregados/colaboradores da CONCESSIONÁRIA, destinados a assegurar o acesso gratuito aos SERVIÇOS, sendo contabilizados como PASSAGEIROS TRANSPORTADOS, àqueles que detenham tal prerrogativa, nos termos da legislação vigente e normas regulamentadoras de acesso ao serviço, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Idoso que não possui o cartão específico; (ii) Policial Militar do Estado de São Paulo; (iii) Guarda Civil Metropolitano do Município de São Paulo; (iv) Auditor Fiscal do Trabalho e Agente de Higiene e Segurança do Trabalho; (v) Oficial de Justiça Estadual ou Federal ou Analista Judiciário ou Executor de Mandado Federal; (vi) pessoa com deficiência que não possui o cartão específico; e (vii) trabalhador desempregado credenciado, mediante a apresentação da credencial de usuário especial e carteira profissional.
CARTÃO DE SERVIÇO	Cartão tipo <i>Smart Card</i> para liberação de bloqueio e controle de acessos operacionais à LINHA 16, portado por empregados da CONCESSIONÁRIA, terceiro prestador de serviço da CONCESSIONÁRIA, empregado das pessoas jurídicas que tenham firmado os contratos indicados pela SPI, empregados da CPTM, do METRÔ e da SPI e ARTESP, na qualidade de fiscalizador dos SERVIÇOS.
CB	Computador de Bordo.
CBPMESP	Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo.
CCD ou CUSD	Contrato de Uso do Sistema de Distribuição.
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.
CCER	Contrato de Compra de Energia Regulada.
CCM	Centro de Controle de Manutenção.
CCO	Centro de Controle Operacional, sendo o local para onde convergem todos os dados e as informações operacionais e de onde emanam todas as ordens e comandos operacionais da linha de transporte.
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo.
CDMS	Confiabilidade, Disponibilidade, Manutenibilidade e Segurança.
CDPED	Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização.
CEEP	Cadastro Estadual de Empresas Punidas

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

CEIS	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas
CENELEC	European Committee for Electrotechnical Standardization.
CCO	Centro de Controle Operacional.
CEP	Código de Endereçamento Postal.
CERTIFICAÇÃO	Ato declaratório da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, fundamentado em relatórios e laudos técnicos de aferição, que atesta o cumprimento de todas as etapas, especificações técnicas e requisitos estipulados no CONTRATO e em seus ANEXOS, bem como das normas nacionais e internacionais, técnicas e métodos aplicáveis, cuja forma e prática de atuação estão previstos no CONTRATO e em seu ANEXO II.E, relativamente a: (i) EMPREENDIMENTOS OBRA; (ii) INTERVENÇÕES entregues pelo PODER CONCEDENTE; (iii) avaliação de projetos de engenharia e CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS apresentados pela CONCESSIONÁRIA; (iv) CONCLUSÃO SUBSTANCIAL, CONCLUSÃO PLENA ou CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA; e (v) demais atribuições previstas no CONTRATO e em seu ANEXO II.E.
CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO	Organismo de inspeção acreditada(o) pelo INMETRO, a ser contratado pela CONCESSIONÁRIA, responsável pela atividade de CERTIFICAÇÃO.
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.
CFTV	Circuito Fechado de Televisão.
CGPPP	Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas.
CIM	Centro de Informações da Manutenção e Engenharia.
CLPI	Processos de Consentimento Livre, Prévio e Informado.
CMCP	Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões de Serviços Públicos dos Sistemas de Transportes de Passageiros, instituída pelo Decreto Estadual nº 51.308/2006.
CMD	Coeficiente de Mensuração de Desempenho, correspondente a mecanismo de verificação da qualidade e da disponibilidade dos SERVIÇOS, deduzido da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, a partir dos INDICADORES DE DESEMPENHO IQM e IQS aplicáveis aos SERVIÇOS.
CMMS	<i>Computerized Maintenance Management System</i> (Sistema Informatizado de Gestão de Manutenção).
CMT	Consórcio Metropolitano de Transporte, formado por empresas de transporte coletivo intermunicipal por ônibus na RMSP.
CNDT	Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

CNEP		Cadastro Nacional de Empresas Punidas
CNIA		Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade
CNPJ		Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.
COFINS		Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
COMISSÃO CONTRATAÇÃO	DE	Comissão responsável pelo recebimento, exame, julgamento de todos os documentos licitatórios e condução dos demais procedimentos relativos à LICITAÇÃO.
COMISSÃO DEVOLUÇÃO	DE	Comissão constituída formada pela ARTESP, na forma do ANEXO III.F, composta de membros do PODER CONCEDENTE, da CONCESSIONÁRIA e, se existente, da SUCESSORA, para acompanhar as medidas prévias à devolução ou à transferência dos BENS INTEGRANTES.
COMITÊ CONVIVÊNCIA	DE	Comitê composto por representantes da ARTESP e da CONCESSIONÁRIA, responsável pelas atribuições estabelecidas pela Cláusula 10 do CONTRATO.
COMITÊ DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS		Comitê constituído pelas PARTES, sob a natureza de dispute board com atribuição adjudicatória, para prevenir e solucionar potenciais divergências relativas ao CONTRATO, cuja finalidade é funcionar como mecanismo de gestão contratual e mitigação de riscos.
COMITÊ GESTOR		Comitê composto pelos representantes indicados no seu ANEXO X, responsável por realizar o acompanhamento e a fiscalização do funcionamento do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO e do controle da arrecadação, e por estabelecer as regras de repartição da arrecadação tarifária.
COMITÊ METROFERROVIÁRIO		Comitê composto por representantes da CPTM, do METRÔ, da CONCESSIONÁRIA e das demais concessionárias que já tiverem iniciado a operação comercial da(s) linha(s) metroferroviária(s) concedida(s), responsável por apurar e controlar a arrecadação do SISTEMA METROFERROVIÁRIO, junto ao SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO.
COMPLEXO MANUTENÇÃO	DE	Complexo para a manutenção de trens e veículos ferroviários, oficinas, logística de materiais e lavador para atender a todos os processos de manutenção (inclusive preventivas e corretivas) tais como: truques, rodeiros, motores entre outros. Os complexos podem abrigar vagas de estacionamento, direcionando parte de sua estrutura como pátio.
CONAMA		Conselho Nacional do Meio Ambiente.
CONAR		Conselho Nacional Autorregulamentação Publicitária
CONCESSÃO PATROCINADA ou CONCESSÃO ou PPP LINHA 16 - VIOLETA		Relação jurídica formada pela delegação das atividades objeto do CONTRATO, pelo PODER CONCEDENTE, por intermédio da SPI, à CONCESSIONÁRIA, e com a fiscalização da ARTESP nos termos, prazos e condições estabelecidas no CONTRATO e nos seus ANEXOS.
CONCESSIONÁRIA		SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, na forma de sociedade anônima, constituída pela ADJUDICATÁRIA, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com a finalidade exclusiva de executar o objeto do CONTRATO.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA	Marco a ser atestado pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, que confirma que determinadas obras, sistemas ou equipamentos não foram concluídos ou comissionados a contento e/ou que as inconformidades identificadas não permitem que o investimento esteja apto a cumprir as funções pretendidas e/ou não ofereçam risco à segurança do ativo ou dos usuários.
CONCLUSÃO PLENA	Marco a ser atestado pela ARTESP, com apoio da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou do AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, que confirma que determinadas obras, sistemas ou equipamentos estão plenamente concluídos ou comissionados, de acordo com as exigências contratuais, não restando inconformidades.
CONCLUSÃO SUBSTANCIAL	Marco a ser atestado pela ARTESP, com apoio da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou do AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, que confirma que determinadas obras, sistemas ou equipamentos estão suficientemente concluídos ou comissionados, de acordo com as exigências contratuais, de modo que possam estar disponíveis para utilização conforme suas funções pretendidas e não representem riscos à segurança do ativo e dos usuários, ainda que existam inconformidades identificadas.
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL	Modalidade de licitação prevista no inciso XXXV do artigo 6º c/c o artigo 52 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, eleita para a LICITAÇÃO.
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.
CONDIÇÕES DE EFICÁCIA	Condições necessárias a eficácia do CONTRATO.
CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	Documentos e respectivas condições observados e apresentados pelos participantes da LICITAÇÃO, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, na forma do EDITAL.
CONPRESP	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo.
CONSELHO GESTOR	Órgão paritário composto por representantes dos Operadores de Transporte, público ou privado, responsável por regular, acompanhar e fiscalizar as atividades do sistema de arrecadação e bilhetagem do Transporte Metropolitano, a ser constituído na hipótese do item 8 do ANEXO X.
CONSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente.
CONSÓRCIO	Associação de sociedades, instituições financeiras, fundos ou entidades com o objetivo de participar da LICITAÇÃO que deverá, em sendo vencedor do certame, constituir-se em SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, segundo as leis brasileiras.
CONSULTA PÚBLICA	Etapa da LICITAÇÃO realizada para divulgação da minuta de EDITAL, do CONTRATO e demais ANEXOS, bem como para o recebimento de sugestões dos interessados.
CONTA APORTE	Conta corrente de titularidade do PODER CONCEDENTE, com movimentação restrita, que receberá os recursos do FINANCIAMENTO DO APORTE e disciplinada no ANEXO IX.
CONTA CENTRALIZADORA	Conta corrente de titularidade da CONCESSIONÁRIA, com movimentação restrita, disciplinada no ANEXO IX do CONTRATO.
CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA	Conta corrente de titularidade da CONCESSIONÁRIA, a ser livremente movimentada, observado o disposto no ANEXO IX.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

CONTRAPRESTAÇÃO CARRO QUILOMETRO ("CCKM")		É a parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL que visa a remunerar a CONCESSIONÁRIA tendo como referência os quilômetros comerciais por ela percorridos.
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA		Montante mensal devido pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA a partir do início da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL até o final do PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos do ANEXO IX.
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA ("CPB")		É o somatório da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA e da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL, sem a incidência de quaisquer descontos, nos termos do ANEXO IX.
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA ("CPF")		Valor mensal pago pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA por meio de pagamentos fixos que iniciar-se-ão a partir do atingimento de determinados marcos contratuais, nos termos do ANEXO IX.
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA MÁXIMA		Valor total máximo, indicado no item 6 do EDITAL, a título de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA.
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL ("CPV")		Valor mensal pago pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA que visa a remunerar os custos e despesas administrativas, de operação e manutenção da CONCESSÃO, entre outros encargos aplicáveis, nos termos do ANEXO IX.
CONTRATO CONTRATO CONCESSÃO	ou DE	O instrumento contratual que figura como minuta no ANEXO III do EDITAL, que tem por objeto a CONCESSÃO para prestação dos SERVIÇOS.
CONTROLADOR(ES)		Pessoa, natural ou jurídica, ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, que exercem o CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente.
CONTROLADORA DADOS PESSOAIS	DE	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, na forma da Lei Federal nº 13.709/2018 e da legislação estadual deregência.
CONTROLE		Observados os termos do art. 116 da Lei Federal nº 6.404/1976, significa a titularidade de direitos de: a) deter a maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar, conforme o caso; e (b) usar efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar.
CONTRU		Coordenadoria de Controle e Uso de Imóveis da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento do Município de São Paulo.
CONVÊNIO INTEGRAÇÃO OPERACIONAL TARIFÁRIA	DE E	Convênio assinado entre a SPtrans, o METRÔ a CPTM, e concessionárias do SISTEMA METROFERROVIÁRIO, que rege o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO.
COP		É o número de visitas onde se constatar que houve ocorrência classificada como COPESE, ou seja, com comprometimento da segurança operacional, sem que a ARTESP tenha sido comunicado, esteja a ocorrência registrada nos dados de gestão da manutenção fornecidos pela CONCESSIONÁRIA ou não. Nesta situação, a ARTESP avaliará a situação e tomará as providências necessárias e suficientes para resguardar a integridade física dos PASSAGEIROS, empregados, equipamentos e instalações conforme procedimentos da Norma Implementadora – COPESE.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

COPESE	Comissão Permanente de Segurança.
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas.
CPP	Companhia Paulista de Parcerias.
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, sociedade de economia mista, cuja instituição foi autorizada pela Lei Estadual nº 7.681/1992.
CREDENCIAMENTO	Ato que acontece na SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES e que tem como o objetivo a apresentação de documentos de identificação e registro do representante legal da LICITANTE, i.e., o REPRESENTANTE CREDENCIADO.
CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO	Cronograma geral inicial integrante do PROGRAMA DE EXECUÇÃO, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, contendo: (i) cada um dos EMPREENDIMENTOS indicados nos ANEXOS II.A, II.B, II.C e II.F; (ii) prazos para a execução de todas as atividades necessárias para execução dos EMPREENDIMENTOS, observado o encadeamento da execução das obras, em relação às interdependências com atividades futuras do CONTRATO; e (iii) datas previstas de início e término de cada atividade, a permitir a verificação e certificação do cumprimento das obrigações, respeitando o limite dos marcos temporais no ANEXO VIII.
CRONOGRAMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	Cronograma previsto na Cláusula 32.3.2 do CONTRATO.
CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO	Trata-se de especificação do CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO. Durante a FASE DE CONSTRUÇÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar um CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO para cada EMPREENDIMENTO, considerando: (i) os marcos temporais para execução dos EMPREENDIMENTOS, incluindo prazos para execução das atividades necessárias para expressar a sequência lógica de todas as etapas, com interdependência de atividades futuras e datas previstas para início e término de cada atividade antecedente e precedente, a fim de permitir a verificação e certificação do cumprimento das obrigações, respeitando os limites fixados no ANEXO VIII; (ii) o resultado de eventual movimentação dos prazos de execução dos PACOTES DE INVESTIMENTOS; e (iii) o resultado de eventuais revisões e adequações, quando assim admitido no CONTRATO e nos ANEXOS.
CTBC	Communications-Based Train Control
CVM	Comissão de Valores Mobiliários, criada pela Lei Federal n.º 6.385/1976.
DADO PESSOAL ou DADOS PESSOAIS	Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo.
DATA BASE	Considera-se [•]/2025 como data-base para os valores expressos no EDITAL, no CONTRATO e em seus ANEXOS.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO ou DATA DE ASSINATURA	Data de assinatura do CONTRATO, isto é, [•].
DATA DE EFICÁCIA	Data de início do PRAZO DA CONCESSÃO.
DATA ROOM	Endereço eletrônico, no sítio [•], em que os interessados poderão obter o EDITAL e seus ANEXOS, bem como outras informações a respeito da LICITAÇÃO.
DD	Decisão de Diretoria.
DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE EMPREENDIMENTO	Declaração a ser emitida pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, a depender do caso, atestado a conclusão de EMPREENDIMENTO pela CONCESSIONÁRIA.
DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA ou DUP	Decreto editado pelo Chefe do Poder Executivo do Estado de São Paulo declarando a utilidade pública das áreas necessárias para a implantação de EMPREENDIMENTOS objeto da presente CONCESSÃO, para fins de desapropriação e/ou servidão administrativa.
DeFau	Departamento de Fauna Silvestre.
DER	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo.
DESCONTO DE DESEMPENHO	Valor a ser descontado da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL em decorrência da avaliação do desempenho da CONCESSIONÁRIA no cumprimento do OBJETO do CONTRATO, nos termos do ANEXO IX.
DET	Distorção Eletroacústica Total.
DG	Distribuidor Geral para Cabos Metálicos.
DIRETOR DA SESSÃO	Representante da B3 que conduzirá a SESSÃO PÚBLICA de abertura e julgamento das PROPOSTAS COMERCIAL, em nome da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, segundo os ditames do EDITAL.
DN	Interferência de Drenagem Natural.
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
DO	Distribuidor Geral para Cabos Ópticos.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Documentos exigidos da LICITANTE durante a LICITAÇÃO, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, conforme definido no EDITAL.
DOE/SP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
DPO	Diretoria de Procedimentos de Outorga e Fiscalização.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

EAS	Estudo Ambiental Simplificado.
EDITAL DE LICITAÇÃO ou EDITAL	O Edital de CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [•]/2025 e todos os seus ANEXOS.
EIA	Estudo de Impacto Ambiental.
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança.
ELETROMÍDIA	Eletromídia S.A, empresa com a qual a CPTM celebrou o CONTRATO DE.MÍDIA GLOBAL.
EMPREENDIMENTOS	Ações de investimento sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, compreendendo obras civis (construção, reconstrução, ampliação, reforma e realocação), implantação de SISTEMAS e de infraestrutura, aquisição de MATERIAL RODANTE e de equipamentos, relacionados no ANEXO II.A, no ANEXO II.B, no ANEXO II.C e no ANEXO II.F do CONTRATO, com o objetivo de promover a implantação, requalificação, ampliação, adequação e modernização da infraestrutura dos SERVIÇOS. Compreende ambos os EMPREENDIMENTOS OBRAS e EMPREENDIMENTOS SISTEMAS E MATERIAL RODANTE.
EMPREENDIMENTOS OBRAS	Ações de investimento sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, compreendendo obras civis (construção, reconstrução, ampliação, reforma e realocação), implantação de infraestrutura e equipamentos, conforme previstas no ANEXO II.A e no ANEXO II.B.
EMPREENDIMENTOS SISTEMAS E MATERIAL RODANTE	Ações de investimento sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, compreendendo implantação de SISTEMAS e aquisição de MATERIAL RODANTE, conforme previstas no ANEXO II.C e no ANEXO II.F.
EMTU/SP	Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo, gestora do transporte intermunicipal por ônibus na RMSP.
EN	Norma Europeia.
ENCARREGADO	Pessoa indicada pelo CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS e pelo OPERADOR DE DADOS PESSOAIS para atuar como canal de comunicação entre o CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS, os TITULARES DOS DADOS PESSOAIS e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
ENVELOPE	Invólucro opaco, lacrado, inviolado e rubricado no fecho que, a depender de sua especificação, podendo ser A, B C ou D, contém, respectivamente, os documentos de CREDENCIAMENTO, GARANTIA DE PROPOSTA, PROPOSTA COMERCIAL e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das LICITANTES.
EPI	Equipamento de Proteção Individual.
ER	Processo Erosivo.
ERA	European Railway Agency.
ERB	Estação Rádio Base.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

ERM	Environmental Resources Management.
ERTMS	European Railway Traffic Management System.
ESIA	Estudo de Impacto Ambiental e Social, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA em conformidade com o ANEXO IV.A, e submetido ao AUDITOR INDEPENDENTE para APROVAÇÃO.
EST	Disponibilidade de Equipamentos nas Estações. Trata-se de INDICADOR DE DESEMPENHO que visa aferir a disponibilidade dos equipamentos instalados nas estações, bem como os padrões mínimos de operacionalidade.
ESTAÇÃO REGULAR	Aquela que não possui ocorrências urgentes abertas que impeçam a entrada de PASSAGEIROS e condução plena até o embarque nos trens e que permitam sua saída segura ao término de sua viagem, nos termos do ANEXO III.D.
ESTADO DE SÃO PAULO ou ESTADO	Estado de São Paulo, unidade territorial e administrativa da República Federativa do Brasil.
ESTALEIRO DE TRILHO	Estaleiro de trilhos soldados em longas peças, são estruturas para armazenamento, soldagem e execução desse tipo de trilho, resultando em menor quantidade de junções ao longo da via férrea e apresentando vantagens em termos de assentamento das peças e estabilidade.
ESTUDO DE VIABILIDADE	Estudos produzidos por entidades contratadas pelo PODER CONCEDENTE para avaliar a viabilidade técnica, operacional, jurídica e econômico- financeira da CONCESSÃO, que serviram de base para modelagem da CONCESSÃO e do CONTRATO e do EDITAL, mas que não são vinculantes para as PROPOSTAS a serem apresentadas pelas LICITANTES.
ETAPA DE IMPLANTAÇÃO	Etapa que se inicia com a assinatura do TERMO DE ENTREGA DOS EMPREENDIMENTOS INICIAIS e terminará com a emissão do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA.
ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA	Etapa que se inicia com a FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL da CONCESSÃO, em que a CONCESSIONÁRIA assume a OPERAÇÃO COMERCIAL, sendo assistida pela CPTM, nos termos do ANEXO III.B.
ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL	Etapa que se inicia com a conclusão da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, em que a CONCESSIONÁRIA assume a OPERAÇÃO COMERCIAL, nos termos do ANEXO III.B.
ETAPA DE TRABALHOS INICIAIS	Etapa que se inicia concomitantemente à FASE DE CONSTRUÇÃO e terminará com a emissão do TERMO DE ENTREGA DOS EMPREENDIMENTOS INICIAIS, tendo por objetivo a execução das providências preparatórias para a implantação dos EMPREENDIMENTOS.
ETCS	European Train Control System.
EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO	Ocorrências climáticas ou meteorológicas extraordinárias que deem ensejo à publicação, no DOE, no Diário Oficial da União ou no Diário Oficial do Município, conforme a competência para a edição, de decreto de calamidade pública e causem avarias nas LINHAS tornando necessária a realização de obras de manutenção emergencial, na forma do CONTRATO e seus ANEXOS, para a restauração do adequado funcionamento das LINHAS, visando à garantia da prestação adequada dos SERVIÇOS aos USUÁRIOS.
EVENTO DE DESEQUILÍBRIO	Evento, ato ou fato que desencadeia o desequilíbrio econômico- financeiro do CONTRATO e que enseja a recomposição de seu equilíbrio econômico-financeiro,

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

	correspondente ao impacto econômico-financeiro efetivamente suportado pela CONCESSIONÁRIA ou pelo PODER CONCEDENTE.
EVENTO EXCEPCIONAL	Evento extraordinário, imprevisto e não programado, com impacto significativo na demanda pelos SERVIÇOS em um curto período de tempo, como, por exemplo, interrupção do serviço em outras linhas do SISTEMA METROFERROVIÁRIO ou meios de transporte público, dentre outros eventos similares.
EVENTO PROGRAMADO DE CURTA DURAÇÃO	Evento extraordinário com duração inferior a 24 (vinte e quatro) horas, comunicado pelo PODER CONCEDENTE ou divulgado em meios de comunicação com pelo menos uma semana de antecedência, com potencial de gerar um aumento significativo na demanda pelos SERVIÇOS em um curto período de tempo, como, por exemplo, concertos, competições esportivas, greves e outros eventos similares.
EVENTO PROGRAMADO DE LONGA DURAÇÃO	Evento extraordinário com duração superior a 24 (vinte e quatro) horas, comunicado pelo PODER CONCEDENTE ou divulgado em meios de comunicação com pelo menos uma semana de antecedência, com potencial de gerar um aumento significativo na demanda pelos SERVIÇOS em um curto período de tempo, como, por exemplo, greves e manifestações prolongadas, obras de recuperação ou melhoria que exijam a paralisação dos serviços, dentre outros eventos similares.
EVENTO SEGURÁVEL	Evento objeto de cobertura de seguro oferecido no Brasil, à época de sua ocorrência, há pelo menos 2 (dois) anos e por pelo menos 2 (duas) seguradoras.
FASE DE CONSTRUÇÃO	Período da CONCESSÃO no qual a CONCESSIONÁRIA realiza a implantação dos EMPREENDIMENTOS, subdividida na ETAPA DE TRABALHOS INICIAIS e ETAPA DE IMPLANTAÇÃO, conforme detalhado no ANEXO III.B do CONTRATO. A FASE DE CONSTRUÇÃO tem duração estimada em [•] ([•]) meses, iniciando-se na DATA DE EFICÁCIA e findando-se com a assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA, após o cumprimento das obrigações previstas no ANEXO III.B.
FASE DE OPERAÇÃO	Período da CONCESSÃO no qual a CONCESSIONÁRIA responsabiliza-se pela OPERAÇÃO COMERCIAL dos SERVIÇOS. Inicia-se com a assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA e finda com a emissão do TERMO DE ENCERRAMENTO DA OPERAÇÃO, conforme detalhado no ANEXO III.B do CONTRATO. É dividida na ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA e na ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL.
FATO DO PRÍNCIPE	Medida superveniente e imprevista, tomada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, e que não possua relação direta com o CONTRATO, mas que, produzindo efeitos sobre este, comprovadamente modifica as condições de execução contratual, impactando o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
FC	Fator de Confiabilidade.
FCA	Ficha de Caracterização de Atividade.
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, regulado pela Lei Federal nº 8.036/1990.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
FICHAS DOS INDICADORES DE DESEMPENHO	Informações previstas no ANEXO III.D para cada INDICADOR DE DESEMPENHO com o detalhamento técnico da forma e frequência de sua apuração.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

FINANCIADORES	Bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras entidades que concedam financiamento à CONCESSIONÁRIA ou representem as partes credoras neste financiamento.
FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO	A operação contratada pela CONCESSIONÁRIA, como devedora, para obter recursos de terceiros para a execução de suas obrigações contratuais, cujas obrigações de pagamento do montante principal da dívida tenham prazo médio de vencimento superior a 5 (cinco) anos.
FINANCIAMENTO DO APORTE	Operação de crédito a ser realizada pelo PODER CONCEDENTE junto a instituição financeira para obtenção de recursos para o APORTE.
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
FLUXO DE CAIXA MARGINAL	Metodologia eleita pela Cláusula 24.3.2 do CONTRATO para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO quando da ocorrência de determinados tipos de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO.
FMEA	Failure Mode and Effects Analysis.
FMECA	Análise Crítica dos Efeitos dos Modos de Falhas.
FUNAI	Fundação Nacional do Índio.
FUSSP	Fundo Social de São Paulo.
GARANTIA DE EXECUÇÃO ou GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	Garantia do fiel cumprimento das obrigações da CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO, a ser prestada e mantida pela CONCESSIONÁRIA, em favor do PODER CONCEDENTE, nos montantes e nos termos definidos na Cláusula 55 do CONTRATO.
GARANTIA DE PROPOSTA	Garantia que poderá ser constituída a critério exclusivo e em caráter facultativo pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 50 do CONTRATO.
GARANTIA MULTILATERAL	Garantia que poderá ser constituída a critério exclusivo e em caráter facultativo pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 50 do CONTRATO.
GARANTIAS COMPLEMENTARES	Garantias que poderão ser constituídas pelo PODER CONCEDENTE, com auxílio da CPP, para assegurar o devido cumprimento das obrigações financeiras por ele assumidas no CONTRATO, notadamente do APORTE e da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, conforme regrado na Cláusula 50 do CONTRATO.
GEE	Gases de Efeito Estufa.
GPS	Global Positioning System.
GRUPO ECONÔMICO	Compõem o GRUPO ECONÔMICO da LICITANTE ou da CONCESSIONÁRIA as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes do Código Civil e do artigo 243, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 6.404/1976. São, igualmente, considerados como GRUPO ECONÔMICO as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, administradores, exceto conselheiros de

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

	administração, gestores ou acionistas (com mais de 10% (dez por cento) de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou financeiramente de outra empresa ou fundo de investimento. São, também, classificados como GRUPO ECONÔMICO empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.
GSM-R	Global System for Mobile Communication – Railway.
HABILITAÇÃO JURÍDICA	Documentação necessária à comprovação da presença das condições jurídicas necessárias para contratação com o PODER CONCEDENTE, estabelecida no EDITAL.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
ICP	Consulta e Participação Informada.
ICPC	Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
IEC	International Electrotechnical Commission.
IFC	International Finance Corporation.
IGS	Indicador Geral de Satisfação do Usuário
IHM	Interface Homem Máquina.
IMT	Intervalo Médio entre Trens.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INCC	Índice Nacional de Custo de Construção
INCIDENTE DE FALHA DE INTEGRIDADE	Condenação da CONCESSIONÁRIA ou de algum de seus diretores, administradores ou gestores, nesta qualidade, em processo administrativo de apuração de responsabilidade, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), do Decreto Federal nº 11.129/2022 e/ou do Decreto Estadual nº 67.301/2022; ou o acolhimento, há mais de 30 (trinta) dias, de (i) denúncia criminal por prática das condutas tipificadas nos arts. 332, 333, 337-F ou nos artigos 337-H a 337-L, todos do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940); ou (ii) ação civil pública proposta nos termos dos artigos 9º e 10º da Lei Federal nº 8.429/1992, quando acompanhadas de indícios de autoria, de materialidade e de lastro probatório mínimo das condutas que deram origem a tais procedimentos, sem que o prosseguimento de tais ações tenha sido obstado por decisão judicial definitiva ou acautelatória. Somente serão considerados, para fins desta definição, procedimentos em que a parte lesada seja a ADMINISTRAÇÃO

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

	PÚBLICA, Direta ou Indireta, do Estado de São Paulo.
INDICADOR DE QUALIDADE DO SERVIÇO ou IQS	Indicador de Qualidade do Serviço Prestado, que consiste em parâmetro de avaliação da qualidade dos serviços de operação prestados pela CONCESSIONÁRIA, determinado conforme previsto no ANEXO III.D do CONTRATO.
INDICADORES DE DESEMPENHO	Conjunto de parâmetros medidores da qualidade dos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA, utilizados para determinar o IQS, conforme detalhado na Cláusula 18 do CONTRATO e em seu ANEXO III.D.
ÍNDICE	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).
INFRAESTRUTURA DE MANUTENÇÃO	Instalações ferroviárias utilizadas na manutenção e operação de sistemas ferroviários, tais como: pátios de estacionamentos e lavadores de trens, complexos de manutenção do MATERIAL RODANTE, bases de manutenção dos SISTEMAS FIXOS, oficina de solda de trilhos, almoxarifados, entre outros.
INFRAESTRUTURA INCORPORADA	Infraestrutura, distinta dos EMPREENDIMENTOS e dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, que resulte de investimentos na ÁREA DA CONCESSÃO, realizadas pelo PODER CONCEDENTE ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, direta ou indiretamente, ou por TERCEIROS INTERESSADOS, que viabilizem a expansão ou a melhoria na operação dos SERVIÇOS, ou gerem benefícios aos USUÁRIOS.
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.
INSS	Instituto Nacional da Seguridade Social.
INSTALAÇÕES OPERACIONAIS	Instalações ferroviárias utilizadas na operação de sistemas ferroviários tais como: estações de passageiros, CCO, entre outras.
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	Qualquer instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil ou órgão análogo, quando se tratar de instituição estrangeira, que tenha como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, bem como a custódia de valor de propriedade de terceiros.
INSTITUIÇÃO GARANTIDORA	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA que fará parte da GARANTIA MULTILATERAL a ser constituída pelo PODER CONCEDENTE, sendo responsável pela emissão de carta de crédito ou de outra modalidade de financiamento, na forma prevista pela Cláusula 50 do CONTRATO.
INTERFERÊNCIAS	Instalações aéreas, superficiais ou subterrâneas, de utilidades públicas ou privadas, bem como de infraestrutura urbana ou rural, que possam vir a interferir ou sofrer interferência, direta ou indireta, com as atividades a cargo da CONCESSIONÁRIA.
INVENTÁRIO	Relação dos BENS INTEGRANTES, a ser mantida e atualizada pela CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO.
INVESTIMENTOS ADICIONAIS	Investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA e tidos como necessários para alteração ou expansão dos SERVIÇOS e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações, inclusive quando necessários à garantia de continuidade, de funcionalidade, de qualidade e de segurança, conforme previsto no artigo 23, inciso V, da LEI DAS CONCESSÕES, que se revelarem relacionados à própria natureza do CONTRATO, quando não se qualifiquem como

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

	EMPREENHIMENTOS que, por força do CONTRATO ou de seus ANEXOS, sejam de responsabilidade ou risco da CONCESSIONÁRIA.
INVESTIMENTOS PERMITIDOS	Investimentos cuja contratação é permitida, para fins de remuneração dos recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA, nos termos do ANEXO IX.
IP	Índice de Proteção.
IPC/FIPE	Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo, medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE.
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano, tributo de competência municipal incidente sobre a propriedade de imóvel em área urbana.
ISF	Instrução de Serviço Ferroviário.
ISO	International Standard Organization.
ISP	Índice de Sinistros com Passageiros. Trata-se de INDICADOR DE DESEMPENHO que objetiva monitorar o nível de segurança operacional levando em consideração ocorrências repentinas, indesejadas ou intencionais.
ISSQN ou ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, tributo de competência municipal previsto na Lei Complementar nº 116/2003.
ITP	Intervalo entre Trens Ponderado. Trata-se de INDICADOR DE DESEMPENHO que possui a finalidade aferir regularidade e frequência de trens nas plataformas (<i>headway</i>) por estação, considerando as especificidades de cada SERVIÇO.
IVM	Intertravamento Vital Microprocessado.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
KPI	Key Performance Indicators.
LAVADOR	Pátio com vias férreas eletrificadas ou não, destinada a lavagem de trens e/ou veículos auxiliares.
LDAP	Lightweight Directory Access Protocol.
LE	Lançamento de Efluentes.
LEI DAS CONCESSÕES	Lei Federal nº 8.987/1995, e respectivas alterações.
LEI DAS PPPs	Lei Federal nº 11.079/2004, e respectivas alterações.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS	Lei Federal nº 6.404/76 e respectivas alterações.
LEI DE CRIMES AMBIENTAIS	Lei Federal nº 9.605/98 e respectivas alterações.
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Lei Federal nº 14.133/2021, e respectivas alterações.
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018).
LI	Licença de Instalação.
LICENÇAS AMBIENTAIS	São as licenças ambientais necessárias para execução do objeto do CONTRATO, conforme disciplinado na Cláusula 47 do CONTRATO, em seu ANEXO IV.A e em seu ANEXO IV.B, que devam ser obtidas pela CONCESSIONÁRIA, ainda que através do requerimento de licenciamento ambiental conjunto com terceiros, ou que sejam transferidas pelo PODER CONCEDENTE.
LICITAÇÃO	Procedimento administrativo consubstanciado na CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [•]/2025, para seleção da CONCESSIONÁRIA que executará o objeto da CONCESSÃO.
LICITANTE ou PROPONENTE	Sociedade brasileira ou estrangeira, fundo de investimento e/ou entidade que, isoladamente ou reunida em consórcio, participe da LICITAÇÃO.
LICITANTE VENCEDORA	LICITANTE declarada vencedora da LICITAÇÃO, por ter apresentado a PROPOSTA mais bem classificada e atendido a todas as condições do EDITAL, à qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO.
LINHA 16 ou LINHA	Denominada Linha 16 – Violeta, é a infraestrutura dedicada ao serviço de transporte metroferroviário de passageiros, integrada ao SISTEMA METROFERROVIÁRIO, ligando a estação [•] à estação [•], com paradas nas estações [•], conforme dados constantes do ANEXOS I, II e III do CONTRATO.
LO	Licença de Operação.
LO1	Limite Operacional 1 ou Limite Amarelo. Valor limite entre a operação plena e a faixa de degradação do serviço.
LO2	Limite Operacional 2 ou Limite Vermelho. Valor limite entre a faixa de degradação de serviço e a faixa inaceitável de serviço.
LOA	Lei Orçamentária Anual.
LP	Licença Prévia.
MANUAL DE MEDIÇÃO	Documento a ser elaborado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE que tratará sobre os procedimentos de aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO.
MANUAL DE PROCEDIMENTOS B3	Documento elaborado pela B3, contendo orientações, regras e modelos de documentos para os procedimentos de prestação de GARANTIA DE PROPOSTA, procedimentos operacionais, bem como todos os demais procedimentos pertinentes à realização do certame.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

MATERIAL RODANTE	Trens, nas características e quantidades expressas no ANEXO II.F do CONTRATO.
MCBF	Mean Cycle Between Failures.
MDPG	Mensagem Digital Pré Gravadas.
MECANISMO DE COMPARTILHAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO	Mecanismo de compartilhamento do risco de variação da taxa de juros relativo aos instrumentos de financiamento voltados à constituição de BENS REVERSÍVEIS, regulamentado no ANEXO VII.
METRÔ	Companhia do Metropolitano de São Paulo S.A., sociedade de economia mista, cuja instituição foi autorizada pela Lei Municipal nº 6.988/1966, do Município de São Paulo, e cujo controle foi adquirido pelo ESTADO em 1978.
MF	Ministério da Fazenda.
MKBF	Mean Kilometer Between Failures.
MP	Depósito Inadequado de Materiais Perigosos.
MPE	Multiphase Extraction.
MQR	Mecanismo de Queixas e Reclamações.
MRO	Indicador de Confiabilidade de Material Rodante. Trata-se de INDICADOR DE DESEMPENHO com finalidade de monitorar a confiabilidade do MATERIAL RODANTE. É dividido entre MRO1 e MRO2.
MTBF	Mean Time Between Failures.
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego.
MTTR	Mean Time to Restore/Recovery.
NBR	Norma Brasileira.
NEGÓCIOS PÚBLICOS	Potenciais ativos ou fontes de geração de receitas adicionais, identificados pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, que possam ser explorados por meio de quaisquer arranjos jurídicos compatíveis com a legislação pertinente, incluindo estruturas contratuais ou societárias e ferramentas de direito societário e/ou de mercado de capitais, cuja proposição compreenda a participação conjunta entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, e que preveja regras claras sobre a forma de atuação e as responsabilidades dos atores público e privado, além do compartilhamento dos riscos envolvidos e das receitas estimadas, observados os requisitos previstos no ANEXO XII.
NFPA	National Fire Protection Association.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

NM		Norma Mercosul.
NNOK		Número de visitas onde se constatar que: (a) O trem em operação não atendia aos critérios de Trem Regular; e/ou (b) A estação em operação não atendia aos critérios de Estação Regular; e/ou (c) Há ou houve ocorrência que contribuiu para perda da condição de Trem Regular ou Estação Regular e que não teve seu registro efetuado nos dados de gestão da manutenção fornecidos pela CONCESSIONÁRIA como Ocorrência Urgente; e/ou (d) O PLANO DE OFERTA DE LUGARES não for cumprido ou sofreu alterações temporárias sem aviso prévio à ARTESP; e/ou (e) Ocorrerem Incidentes Notáveis não informados, conforme definido no ANEXO III.A.
NOTIFICAÇÃO APORTE	DE	Notificação a ser emitida pela ARTESP ou pela CONCESSIONÁRIA para solicitar o pagamento das parcelas de APORTE, nos termos do do ANEXO IX.
NOTIFICAÇÃO CONCLUSÃO	DE	Notificação a ser emitida pela CONCESSIONÁRIA para comunicar a conclusão de determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS, nos termos do ANEXO IX.
NOTIFICAÇÃO FISCALIZAÇÃO	DE	Notificação a ser emitida pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, para atestar a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL, a CONCLUSÃO PLENA, ou a CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA de determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS, nos termos do ANEXO IX.
NOTIFICAÇÃO PAGAMENTO	DE	Notificação a ser emitida mensalmente pela ARTESP para autorizar o pagamento de valores a título de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, nos termos do ANEXO IX.
NPS		Nível de Pressão Sonora.
NR		Norma Regulamentadora.
NTN-B		Notas do Tesouro Nacional – Série B, título público com rentabilidade vinculada à variação do IPCA, acrescida de juros definidos no momento da compra
NTSC		National Television System Committee
OI		Ocupação Informal na Faixa Operacional.
OMS		Organização Mundial da Saúde.
ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO		Porcentagem da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA mensal auferida pela CONCESSIONÁRIA, a ser paga mensalmente, a partir do início da OPERAÇÃO COMERCIAL, nos termos do CONTRATO e ANEXO IX, à ARTESP.
OPERAÇÃO		Ação de provimento e gestão de circulação de trens na VIA PERMANENTE, e de PASSAGEIROS nas estações da LINHA 16.
OPERAÇÃO COMERCIAL		Operação da LINHA 16 em que a CONCESSIONÁRIA é responsável pela prestação dos SERVIÇOS, passando a auferir a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, nos termos do ANEXO IX.
OPERAÇÃO CONTROLADA		Estágio preliminar de disponibilização dos SERVIÇOS, em que a CONCESSIONÁRIA não auferir a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA.
OPERAÇÃO NORMAL		Conceito definido no ANEXO III.D, definido como o estado de funcionamento da operação metroviária de transporte de passageiros no qual todas as atividades ocorrem

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

	em conformidade com as condições pré-estabelecidas para eficiência, segurança e conforto.
OPERADOR SUBCONTRATADO	Empresa contratada pela CONCESSIONÁRIA, detentora da atestação técnica exigida no EDITAL, para exercer a supervisão técnica da operação, ou mesmo a própria operação, sem qualquer prejuízo da responsabilidade integral da CONCESSIONÁRIA pela prestação dos SERVIÇOS, na forma do art. 25, § 1º, da LEI DAS CONCESSÕES.
OPERADORA DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS em nome do CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS.
OPEX	<i>Operational Expenditure</i> (despesas operacionais).
ORDEM DE INÍCIO DA OPERAÇÃO COMERCIAL	Documento a ser emitido que indicará o início da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL.
OT	Outros.
OUTRAS CONCESSIONÁRIAS	Empresas de transporte metroferroviário de passageiros e cargas que operam na malha atual do SISTEMA METROFERROVIÁRIO e/ou utilizam infraestruturas de manutenção e/ou operação compartilhadas com a CPTM ou o METRÔ.
PAB	Painel de Alimentação de Bloqueio.
PAC	Painel de Alimentação do Carregador de Bateria.
PACOTES DE INVESTIMENTOS	Conjunto de investimentos listados no ANEXO IX.A cuja certificação da CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou da CONCLUSÃO PLENA pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, gerará o direito de recebimento da respectiva parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA.
PADRÕES DE DESEMPENHO ou PD	Padrões de Desempenho Sobre Sustentabilidade Socioambiental da IFC de 1º de janeiro de 2012, disponíveis em http://www.ifc.org/performancestandards e as Notas de Orientação que os acompanham.
PAESE	Plano de Assistência entre Empresas em Situação de Emergência, convênio de cooperação operacional firmado entre as empresas de transporte.
PAH	Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos.
PARTES	PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA.
PARTES RELACIONADAS	Qualquer pessoa física ou jurídica que integre o GRUPO ECONÔMICO da CONCESSIONÁRIA, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis vigentes, não sendo incluído, em qualquer caso, o OPERADOR SUBCONTRATADO.
PARTICIPANTE CREDENCIADA	Sociedade corretora habilitada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, devidamente autorizada a operar na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), que, a critério da(s) LICITANTE(S), poderá ser contratada para representá-la(s) em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), conforme o MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.
PASSEIRO	Pessoa natural beneficiária do serviço público do transporte metroviário.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

PASSAGEIRO GRATUITO	PASSAGEIRO que seja beneficiado, por norma vigente ou ato da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por isenção do pagamento da TARIFA PÚBLICA, para acesso ao SISTEMA METROFERROVIÁRIO.
PASSAGEIRO PAGANTE	PASSAGEIRO que efetivamente pague a TARIFA PÚBLICA, no valor integral ou com redução tarifária, para acesso ao SISTEMA METROFERROVIÁRIO.
PASSAGEIROS TRANSPORTADOS	A soma do total dos PASSAGEIROS PAGANTES, PASSAGEIROS GRATUITOS e de TRANSFERÊNCIAS, que utilizam efetivamente os SERVIÇOS.
PASSIVO AMBIENTAL ou PASSIVOS AMBIENTAIS	Significa o conjunto de não conformidades ambientais na ÁREA DA CONCESSÃO, em relação à legislação ou ao licenciamento ambiental a que estão sujeitas.
PÁTIOS DE ESTACIONAMENTO ou PÁTIOS	Área com vias férreas eletrificadas ou não, destinada ao estacionamento de trens e/ou veículos auxiliares.
PBA	Projeto Básico Ambiental.
PCB	Bifenilas Policloradas.
PCL	Posto de Controle Local.
PEMC	Política Estadual de Mudanças Climáticas, instituída pela Lei nº 13.798, de 09/11/2009.
PERÍODO DE PICO	Período definido como os horários correspondentes aos 240 (duzentos e quarenta) minutos consecutivos com maior demanda no período da manhã em dias úteis e 240 (duzentos e quarenta) minutos consecutivos com maior demanda no período da tarde em dias úteis, durante os quais a lotação máxima prevista no ANEXO III.A será admitida. Os PERÍODOS DE PICO terão seu horário de início e término aferidos mensalmente, em até 10 (dez) dias após o primeiro dia de cada mês calendário, com base na demanda de carregamento do mês anterior.
PERÍODO DE VALE	Horários não compreendidos pelos PERÍODOS DE PICO.
PERÍODO DE VALE MANHÃ	Período entre o início da operação e o início do PERÍODO DE PICO da manhã em dias úteis.
PERÍODO DE VALE ENTREPICOS	Período entre o término do PERÍODO DE PICO da manhã e o início do PERÍODO DE PICO da tarde em dias úteis.
PERÍODO DE VALE NOITE	Dias úteis: Período entre o término do PERÍODO DE PICO da tarde e o fim da operação. Sábados: Período entre 18 horas e o término da operação.
PESS	Painel Essencial.
PIS	Contribuição do Programa de Integração Social.
PITU RMSP 2025	Plano Integrado de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de São Paulo.
PL	Painel de Luz.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS		Documento a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA no prazo estipulado na Cláusula 7 do CONTRATO, e, a partir de então, atualizado semestralmente, no qual a CONCESSIONÁRIA apresentará os projetos para a exploração de todas as RECEITAS ACESSÓRIAS por ela vislumbradas, nos termos do ANEXO XII.
PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA		Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7 do CONTRATO, de forma compatível com o ANEXO IV.A do CONTRATO.
PLANO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL RODANTE		Documento integrante do PLANO DE INVESTIMENTOS, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, o qual conterá especificações técnicas, cronograma detalhado da aquisição de MATERIAL RODANTE, contemplando todas as etapas de projeto, fabricação, testes e disponibilidade para operação, observado o ANEXO II.F do CONTRATO.
PLANO DE ATENDIMENTO AO PASSAGEIRO	DE	Documento integrante dos PLANOS OPERACIONAIS, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, contendo os métodos e estratégias para o adequado atendimento aos PASSAGEIROS, conforme descrito no ANEXO III.A do CONTRATO.
PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO	DE	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado no ANEXO III.G, que deverá descrever o processo de desmobilização dos SERVIÇOS ao final da CONCESSÃO, atendendo ao conteúdo mínimo estabelecido no ANEXO III.F do CONTRATO, com o objetivo de viabilizar a reversão dos BENS INTEGRANTES e garantir a contínua e adequada prestação dos SERVIÇOS.
PLANO DE ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS ou PEPI	DE	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7 do CONTRATO, componente do SGSSAS, de forma compatível com o ANEXO IV.B do CONTRATO.
PLANO DE FINANCIAMENTO	DE	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA que deverá indicar as fontes de todos os recursos, próprios e/ou de terceiros, que viabilizarão a execução dos EMPREENDIMENTOS.
PLANO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTINGÊNCIAS	DE	Documento integrante dos PLANOS OPERACIONAIS, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, em observância ao ANEXO III.A do CONTRATO, no qual deverão ser descritos os métodos e estratégias de gestão de riscos e contingências relacionados à CONCESSÃO.
PLANO DE GERENCIAMENTO DE SAÚDE E SEGURANÇA DA COMUNIDADE	DE	Trata-se de PLANO não componente do SGSSAS a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA que deverá considerar riscos e impactos adversos na comunidade, conforme descrito no ANEXO IV.A.
PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL		Documento integrante do SGSSAS, compostos por um conjunto de programas de gestão, incluindo medidas e ações de prevenção, mitigação, melhoria e monitoramento de desempenho, que contemplem os riscos e impactos de saúde, segurança, meio ambiente e aspectos sociais decorrentes de todas as atividades da CONCESSIONÁRIA.
PLANO DE INVESTIMENTOS	DE	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado na FASE PRÉ-OPERACIONAL, contemplando as exigências constantes da Cláusula 7 do CONTRATO e com o detalhamento (i) dos EMPREENDIMENTOS citados no ANEXO II, (ii) dos itens dispostos no ANEXO VIII e (iii) dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, previstos no ANEXO IX. Por fim, o PLANO DE INVESTIMENTOS também deverá conter: (i) PROGRAMA DE EXECUÇÃO e CRONOGRAMAS DE IMPLANTAÇÃO; e (ii) PLANO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL RODANTE.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

PLANO DE MONITORAMENTO, PREVENÇÃO E CONTENÇÃO DE EVASÃO DE RECEITA	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, integrante dos PLANOS OPERACIONAIS, em observância ao ANEXO III.A do CONTRATO. Deverá indicar os procedimentos operacionais que serão adotados pela CONCESSIONÁRIA, considerando as diretrizes mínimas propostas no ANEXO III.A, para mitigação do risco de evasão do pagamento da TARIFA PÚBLICA na LINHA 16.
PLANO DE OFERTA DE LUGARES	Documento integrante dos PLANOS OPERACIONAIS, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, no qual ela deverá descrever os métodos e estratégias a serem adotados para assegurar o adequado transporte dos PASSAGEIROS, observado o disposto no ANEXO III.A do CONTRATO.
PLANO DE SEGURANÇA OPERACIONAL	Documento integrante dos PLANOS OPERACIONAIS, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, no qual deverão ser descritos os métodos e estratégias que garantam uma operação segura aos PASSAGEIROS, empregados e colaboradores da CONCESSIONÁRIA, em observância ao descrito no ANEXO III.A do CONTRATO.
PLANO DE SEGUROS	Documento integrante dos PLANOS OPERACIONAIS, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado na FASE DE CONSTRUÇÃO, conforme previsto na Cláusula 7 do CONTRATO, no qual deverão ser descritos todos os seguros a serem obtidos e mantidos pela CONCESSIONÁRIA para a prestação dos SERVIÇOS, contemplando, no mínimo, os seguros obrigatórios exigidos na Cláusula 49 do CONTRATO.
PLANO ESPECÍFICO DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO	Documento a ser elaborado e apresentado anualmente pela CONCESSIONÁRIA e conforme previsto respectivamente nas Cláusulas 7 e CAPÍTULO XV do CONTRATO, bem como nos termos do ANEXO IV.A, observadas as demais condições previstas no CONTRATO.
PLANO GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado conforme previsto respectivamente na Cláusula 7 e no CAPÍTULO XV do CONTRATO, bem como nos termos do ANEXO IV.A, observadas as demais condições previstas no CONTRATO.
PLANOS	Conjuntamente, os planos a serem apresentados pela CONCESSIONÁRIA, quais sejam: i) PLANOS OPERACIONAIS, contendo: a) PLANO DE OFERTA DE LUGARES, b) PLANO DE ATENDIMENTO AO PASSAGEIRO, c) PLANO DE SEGURANÇA OPERACIONAL, d) PLANO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTINGÊNCIAS, e) PLANO DE SEGUROS, e f) PLANO DE MONITORAMENTO, PREVENÇÃO E CONTENÇÃO DE EVASÃO DE RECEITA; ii) PLANOS DE MANUTENÇÃO; (iii) PLANO DE INVESTIMENTOS, contendo a) PROGRAMA DE EXECUÇÃO e CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO; e b) PLANO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL RODANTE; (iv) PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO; (v) PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS; (vi) PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA; (vii) PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL; (viii) ESIA; (ix) PLANO GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO; (x) PLANO ESPECÍFICO DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO; (xi) SGSSAS, contendo: a) PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL; e b) PLANO DE ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS; (xii) PLANO DE GERENCIAMENTO DE SAÚDE E SEGURANÇA DA COMUNIDADE.
PLANOS DE MANUTENÇÃO	Documentos a serem elaborados pela CONCESSIONÁRIA contendo a objetivo, metas, descrição, periodicidade, roteiros e procedimentos, listagem dos recursos humanos e

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

	materiais necessários às manutenções dos bens integrantes da CONCESSÃO.
PLANOS OPERACIONAIS	Conjuntamente, os planos a serem apresentados pela CONCESSIONÁRIA visando a prestação do SERVIÇO ADEQUADO, em observância ao ANEXO III.A do CONTRATO, contemplando: (i) PLANO DE OFERTA DE LUGARES; (ii) PLANO DE ATENDIMENTO AO PASSAGEIRO; (iii) PLANO DE SEGURANÇA OPERACIONAL; (iv) PLANO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTINGÊNCIAS; (v) PLANO DE SEGUROS; e (vi) PLANO DE MONITORAMENTO, PREVENÇÃO E CONTENÇÃO DE EVASÃO DE RECEITA.
PMV	Painel de Mensagens Variáveis.
PODER CONCEDENTE ou CONCEDENTE	O ESTADO DE SÃO PAULO, representado pela SPI.
POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	Documento a ser elaborado e aprovado pelos órgãos de administração da CONCESSIONÁRIA, publicado e implantado no prazo fixado na Cláusula 34.8 do CONTRATO, que deverá conter as regras e condições para a realização de transações entre a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nos termos do CONTRATO, especialmente as Cláusulas 32.8 do CONTRATO.
POT	Programação de Oferta de Trens.
PPI-SP	Programa de Parceiras em Investimento do Estado de São Paulo.
PPP	Parceria Público-Privada.
PRAZO DA CONCESSÃO	O prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir da DATA DE EFICÁCIA.
PRCs	Potenciais Receptores Críticos.
PREÇO UNITÁRIO CARRO KM (“ PUKM ”)	Preço unitário do quilômetro percorrido por um carro dos SERVIÇOS, equivalente a R\$ [•] ([•]) conforme a PROPOSTA COMERCIAL VENCEDORA, na DATA BASE.
PREÇO UNITÁRIO CARRO KM MÁXIMO	Valor total máximo, indicado no item 6 do EDITAL, a título de PREÇO UNITÁRIO CARRO KM MÁXIMO.
PROGRAMA DE CONFORMIDADE (COMPLIANCE)	Documento a ser elaborado e, após avaliação e decisão pela não objeção por parte da ARTESP, implementado pela CONCESSIONÁRIA, no prazo referido na Cláusula 34.1 do CONTRATO, contemplando mecanismos e procedimentos internos com regras de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, nos termos descritos na Cláusula 36 do CONTRATO.
PROGRAMA DE EXECUÇÃO	Documento integrante do PLANO DE INVESTIMENTOS, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, que deverá conter descrição detalhada das atividades relacionadas às ações e à programação de execução de cada um dos EMPREENDIMENTOS previstos nos ANEXOS II.A, II.B, II.C e II.F do CONTRATO, incluindo informações das atividades e procedimentos técnico-administrativos e de segurança, bem como a previsão de

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

	liberação de áreas para a desapropriação, de forma compatível com o PLANO GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO, o PLANO ESPECÍFICO DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO, observados os termos do ANEXO IV.A, observadas as demais condições previstas no CONTRATO.
PROGRAMA DE PRIVACIDADE DE DADOS	Programa a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA, que tratará do TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS e deverá ter o conteúdo mínimo descrito na Cláusula 40.3.3 do CONTRATO.
PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA	Programas que têm como base os cronogramas das contratadas da CPTM e das demais concessionárias do SISTEMA METROFERROVIÁRIO, tendo por objeto as atividades relacionadas a obras civis e sistemas a serem desenvolvidas em áreas operacionais, assim como os testes de comissionamento e os repasses operacionais e de manutenção.
PROJETO BÁSICO	Documento que integra o PROGRAMA DE EXECUÇÃO e corresponde a um conjunto de elementos que, sem limitar ou afastar os demais riscos alocados à CONCESSIONÁRIA, permitem a caracterização da obra, do serviço ou do complexo de obras e serviços que compõem cada EMPREENDIMENTO, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam definidos, detalhando custos e prazos de execução. A elaboração, a apresentação e a aprovação dos PROJETOS BÁSICOS deverão observar a legislação pertinente e os termos dos ANEXOS do CONTRATO.
PROJETO CONCEITUAL/REFERENCIAL	Anteprojeto de engenharia composto de elementos e documentos técnicos sugestivos para consideração pela CONCESSIONÁRIA, constituído por memoriais descritivos suficientes para compreensão da viabilidade e funcionalidade do projeto, com base em levantamentos técnicos e cadastrais. O PROJETO CONCEITUAL/REFERENCIAL será utilizado como base de referência para os projetos apresentados pela CONCESSIONÁRIA. O PROJETO CONCEITUAL/REFERENCIAL consta no DATA ROOM.
PROJETO EXECUTIVO	Documento que integra o PROGRAMA DE EXECUÇÃO e corresponde ao conjunto dos elementos tidos como necessários e suficientes à execução completa de cada EMPREENDIMENTO. A elaboração, a apresentação e aprovação dos PROJETOS EXECUTIVOS deverão observar os termos dos ANEXOS do CONTRATO.
PROPOSTA COMERCIAL ou OFERTA COMERCIAL	Proposta na qual foi apresentado o maior desconto percentual a ser aplicado sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA, conforme regramento do EDITAL.
PROPOSTA COMERCIAL VENCEDORA	PROPOSTA COMERCIAL apresentada pela LICITANTE VENCEDORA, que se sagrou vencedora da LICITAÇÃO.
PROPOSTA	Conjunto de documentos entregues pela LICITANTE para participação na LICITAÇÃO.
PTAX	Taxa de câmbio calculada pelo Banco Central do Brasil.
QDCC	Quadro de Distribuição de Corrente Continua.
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Documentação estabelecida no EDITAL para comprovação das condições econômico-financeiras exigidas para contratação com o PODER CONCEDENTE.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Documentação estabelecida no EDITAL para comprovação das condições técnicas exigidas para contratação com o PODER CONCEDENTE.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

RAC	Ramal de Alimentação ao Consumidor
RADIUS	Remote Authentication Dial-In User Service.
RAMS	Reliability, Availability, Maintainability and Safety.
RAP	Relatório Ambiental Preliminar.
RE	Disposição Irregular de Resíduos.
RECEITAS ACESSÓRIAS	Receitas auferidas direta ou indiretamente pela CONCESSIONÁRIA, por meio da exploração ou execução de serviços acessórios, alternativos ou complementares ao objeto principal da CONCESSÃO, não incluindo as decorrentes de NEGÓCIOS PÚBLICOS, mas incluindo aquelas decorrentes: (i) da exploração comercial ou locação/cessão de espaços comerciais; (ii) da exploração de SERVIÇO COMPLEMENTAR; e (iii) da exploração das demais atividades listadas no ANEXO XII.
RECEITA BRUTA	É a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA calculadas antes da incidência das deduções referida na Cláusula 38.1 do CONTRATO de quaisquer dos tributos incidentes sobre tais receitas.
RECURSOS MÍNIMOS DISPONÍVEIS	Os RECURSOS MÍNIMOS DISPONÍVEIS deverão equivaler a 6 (seis) parcelas mensais da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA válida para o mês de apuração, desde o início da FASE DE OPERAÇÃO até o termo da CONCESSÃO. Sua apuração é realizada conforme estabelece a Cláusula 50.1.2 do CONTRATO.
REDE AÉREA DE TRAÇÃO	Equipamentos e elementos formados por catenárias, fio de contato, posteamentos, cabeamentos e demais instalações responsáveis pelo suprimento de energia elétrica de tração dos trens.
REEMBOLSO DE TRIBUTOS RELATIVOS AO OPERADOR SUBCONTRATADO	Valor a ser reembolsado à CONCESSIONÁRIA no âmbito do cômputo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA pelo recolhimento de tributos incidentes sobre atividades desempenhadas conforme o regramento aplicável ao OPERADOR SUBCONTRATADO, nos termos do CONTRATO e do ANEXO IX.
REF	Valor programado ou meta. Valor de referência considerado como padrão para a operação plena.
REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	Atributo decorrente da inexistência de pendências relacionadas às obrigações fiscais e trabalhistas cuja regularidade é exigida, na forma do EDITAL, para contratação com o PODER CONCEDENTE.
REIDI	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, benefício fiscal instituído pela Lei Federal nº 11.488/2007.
RELATÓRIO DE DESEMPENHO	Relatório a ser elaborado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE e enviado à ARTESP e à CONCESSIONÁRIA, com o resultado da aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO e do IQS durante a ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL, conforme ANEXO III.D.
RELATÓRIO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO	Relatório a ser elaborado pela ARTESP caso, ao final da CONCESSÃO, os BENS INTEGRANTES e SERVIÇOS serão revertidos ao PODER CONCEDENTE, no qual constará diretrizes para devolução e o encerramento da CONCESSÃO e determinações de correções e substituições de BENS INTEGRANTE.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

REMUNERAÇÃO	Compreende, para fins do CONTRATO, o somatório da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, do APORTE e das RECEITAS ACESSÓRIAS.
REPRESENTANTE CREDENCIADO	Pessoa natural nomeada pela LICITANTE para atuar em seu nome durante a condução da LICITAÇÃO.
REQUISITOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DA IFC	As Diretrizes Gerais de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Grupo do Banco Mundial (GBM)/IFC e Diretrizes Específicas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do GBM/IFC para projetos de ferrovias (ambas elaboradas em abril de 2007 e disponíveis em https://www.ifc.org/en/insights-reports/2000/general-environmental-health-and-safety-guidelines), conforme aplicáveis. Os requisitos ambientais e sociais aplicáveis da IFC e GBM.
RESPONSÁVEL TÉCNICO	Pessoa física indicada pela CONCESSIONÁRIA, com vínculo direto ou indireto com a CONCESSIONÁRIA, com poderes para representá-la perante a fiscalização da ARTESP.
RESULTADO PROVISÓRIO DA LICITAÇÃO	Resultado preliminar da LICITAÇÃO, antes do recebimento e julgamento de eventuais recursos.
REVISÃO EXTRAORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, realizada a pedido da CONCESSIONÁRIA ou por ato de ofício da ARTESP, a fim de ajustar o CONTRATO em face da materialização concreta ou iminente de evento cujas consequências sejam suficientemente gravosas a ponto de ensejar a necessidade de avaliação e providências urgentes, nos termos da Cláusula 27 do CONTRATO.
REVISÃO GERAL	Trata-se das revisões obrigatórias que deverão ser feita periodicamente no MATERIAL RODANTE, a fim de garantir a devida manutenção para a prestação dos SERVIÇOS, conforme previsto no CONTRATO e no ANEXO III.A e III.B.
REVISÃO ORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, realizada quinquenalmente, a partir da assinatura da DATA DE EFICÁCIA, nos termos da Cláusula 26 do CONTRATO.
RFO	Rede de Fibras Ópticas
RG	Registro Geral ou Carteira de Identidade Nacional.
RGS	Requisitos Gerais de Segurança.
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental.
RICMS/SP	Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo.
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo.
RRA	Relatório de Regularização Ambiental.
RTD	Rede de Transmissão Digital
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

SBA	Sistema de Bilhetagem e Arrecadação.
SCA	Sistema de Controle de Acesso.
SCADA	Supervisory Control and Data Acquisition.
SCAP	Sistema de Controle e Arrecadação de Passageiros, operado pelo METRÔ.
SCC	Sistema de Controle Centralizado de Tráfego.
SCDE	Sistema de Coleta de Dados de Energia.
SCE	Sistema de Controle de Energia.
SCF	Sistema de Comunicações Fixas
SCL	Sistema de Controle Local.
SCM	Sistema de Comunicações Móveis
SCMVD	Sistema de Comunicação Móvel de Voz e Dados Consta
SCR	Sistema de Cronometria
SDAI	Sistemas de monitoramento de detecção de alarmes de incêndio.
SE	Subestação Elétrica.
SE	Solo Exposto.
SEI	Sistema Eletrônico de Informações.
SEMIL	Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.
SERHS	Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento e do Meio Ambiente.
SERVIÇO ADEQUADO	Prestação dos SERVIÇOS que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia na sua prestação, dentro dos melhores parâmetros de qualidade, valendo-se de todos os meios e recursos para sua execução, observando os padrões e procedimentos estabelecidos no CONTRATO, aqueles determinados pelo PODER CONCEDENTE e pela ARTESP, e os termos da legislação e regulamentação vigentes, especialmente o artigo 6º da LEI DAS CONCESSÕES, o artigo 4º da Lei Federal nº 13.460/2017 e o artigo 17 da

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

	Lei Estadual nº 7.835/1992.
SERVIÇO COMPLEMENTAR	Serviço considerado conveniente, mas não essencial, à prestação do SERVIÇO ADEQUADO nos SERVIÇOS, que poderá ser explorado pela CONCESSIONÁRIA nos termos previstos no CONTRATO.
SERVIÇO DA DÍVIDA	Parcela nominal de serviço da dívida amortizável, nos termos do(s) instrumento(s) de financiamento firmado(s) pela CONCESSIONÁRIA.
SERVIÇOS ou SERVIÇO CONCEDIDO	Conjuntamente, os serviços públicos de transporte metroviário de passageiros que se utilizam da infraestrutura da LINHA 16. Um serviço é caracterizado por duas estações terminais, pelas estações intermediárias por ele atendidas e uma grade horária específica ao longo do dia.
SESSÃO PÚBLICA	Referente à SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES e SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS.
SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS	Evento a ser realizado na sede da B3, com data e hora estipulados no EDITAL, para abertura do ENVELOPE C das LICITANTES cujas GARANTIAS DE PROPOSTA tenham sido declaradas regulares pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO e classificação das PROPOSTAS COMERCIAIS conforme critério maior desconto percentual a ser aplicado sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA a ser paga pelo PODER CONCEDENTE.
SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES	Evento a ser realizado na sede da B3, com data e hora estipulados no EDITAL, para (i) depósito dos ENVELOPES A, B, C e D pelas LICITANTES perante a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, (ii) abertura do ENVELOPE B – GARANTIA DE PROPOSTA e (iii) CREDENCIAMENTO das LICITANTES.
SFP	Sistema de Fluxo de Passageiros.
SFPE	Society of Fire Protection Engineers.
SGC	Sistema de Gestão Central.
SGSSAS	Sistema de Gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Social incluindo (i) política socioambiental da CONCESSIONÁRIA; (ii) plano de desenvolvimento da capacidade organizacional da CONCESSIONÁRIA; (iii) PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (iv) PLANO DE ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS.
SIGO	Sistema Informatizado de Gestão de Operação, disciplinado no ANEXO III.A.
SIL	Safety Integrity Level.
SISBACEN	Sistema de Informações do Banco Central do Brasil.
SISTEMA ou SISTEMAS	Conjunto de sistemas necessários para a adequada operação da LINHA 16, contemplando, mas não se limitando, o seguinte: (i) SCT - Sistema de Controle de Tráfego; (ii) SME - Sistema de Monitoração Eletrônica; (iii) SMV - Sistema de Monitoramento de Via; (iv) SPU - Sistema de Proteção de Sobrepasso; (v) SSC - Sistema de Sinalização e Controle; (vi) SSE - Sistema de Sonorização de Estação; (vii) STD - Sistema de Transmissão de Dados; (viii) STO - Sistema de Transmissão Óptico; (ix) SAL -

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

		Sistemas de Alimentação Elétrica; (x) SCF - Sistema de Comunicações Fixas; (xi) SCL - Sistema de Controle Local; (xii) SCMV - Sistema de Comunicações Móveis de Voz; (xiii) SCMVD - Sistema de Comunicações Móveis de Voz e Dados; (xiv) ATC - Sistema de Controle Automático de Trens (<i>Automatic Train Control</i>); (xv) ATO - Sistema de Operação Automática (<i>Automatic Train Operation</i>); e/ou (xvi) AUX - Sistemas Auxiliares; (xvi) SCAP – Sistema de Arrecadação de Passageiros; (xvii) SCADA - <i>Supervisory Control and Data Acquisition</i> ; (xviii) SCA – Sistema de Controle de Acesso. Os SISTEMAS deverão atender diretrizes e requisitos previstos no ANEXO II.C.
SISTEMAS AUXILIARES		Sistemas que auxiliam a operação e supervisão centralizada da estação e abrange o processo global de gestão para fins operativos e de manutenção, como bloqueios, escadas rolantes, alimentação elétrica de força, monitoração, detecção de incêndio, multimídia, ventilação, bombas de água, telefonia, radiocomunicação ou outros sistemas relacionados.
SISTEMA DE ARRECADAÇÃO	DE	Conjunto de recursos (subsistemas, equipamentos, software, procedimentos etc.), a serem utilizados para a tarifação e o controle de acesso aos diversos meios de transporte público coletivo de passageiros, bem como gerenciamento dos valores recebidos pela comercialização de créditos monetários e direito de viagem, podendo ainda envolver a possível exploração de outros negócios como fonte geradora de RECEITAS ACESSÓRIAS.
SISTEMA DE ARRECADAÇÃO ABASP	DE DA	Sistema que contempla arrecadação, comercialização, bilhetagem, e aferição dos valores recebidos pela venda de TÍTULOS DE VIAGEM pelos meios de pagamento gerenciados pela ABASP, atualmente QR Code e cartão TOP (<i>Smart Card</i> - Cartão com circuito integrado).
SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO	DE DO	Mecanismo responsável: (i) pelo controle, aferição e gerenciamento dos valores recebidos pela venda de TÍTULOS DE VIAGEM no SISTEMA DE ARRECADAÇÃO do Bilhete Único do Município de São Paulo; (ii) pela realização, por conta e ordem dos participantes do COMITÊ GESTOR, da distribuição dos valores arrecadados aos operadores de transporte público metropolitano participantes do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO do Bilhete Único do Município de São Paulo, conforme as regras de rateio definidas pelo COMITÊ METROFERROVIÁRIO, incluindo os repasses, à CONTA CENTRALIZADORA, dos montantes relacionados aos SERVIÇOS,
SISTEMA DE ENERGIA		Conjunto de equipamentos e infraestrutura responsável pela alimentação elétrica do sistema metroferroviário, composto principalmente por subestações primárias e retificadoras, cabines de seccionamento e paralelismo e sistemas de telecontrole e telecomando, que subsidiam a REDE AÉREA DE TRAÇÃO, permitindo o suprimento de energia para os trens que circulam ao longo das vias.
SISTEMA DE SINALIZAÇÃO FERROVIÁRIA	DE	Conjunto de métodos e meios relacionados aos requisitos de segurança para supervisionar, controlar e rastrear a circulação dos trens de forma segura ao longo das vias, visando garantir a regularidade da operação por meio de equipamentos instalados no campo e no Centro de Controle Operacional (CCO), através do sistema de Controle de Tráfego Centralizado (CTC), bem como nos trens, através dos equipamentos embarcados.
SISTEMAS DE GESTÃO		Sistemas utilizados pela equipe gerencial, tais como CMMS e SIGO.
SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÃO	DE	Sistema responsável por todas as comunicações de dados, voz e imagens, frente às necessidades operacionais dos sistemas metroferroviários, composto por vários

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

		subsistemas, que além das suas funcionalidades operacionais também fornecem meios para o seu gerenciamento e controle remoto. Seus principais subsistemas são: Sistema de Supervisão Integrada – Plataforma Multisserviços – CCO e SSO, baseado no Sistema de Controle e Aquisição de Dados – SCADA; Sistema de Comunicação Móvel (Radiocomunicação); Sistema de Comunicação Fixa – Sistema de Telefonia – STEL; Sistema de Gravação; Sistema de Multimídia – SMM; Sistema de Controle de Acesso – SCA; Sistema de Monitoramento Eletrônico – SME – CFTV; Sistema de Controle de Arrecadação de Passageiros – SCAP; Sistema de Transmissão Óptica – STO ou Sistema de Transmissão de Fonia, Dados e Vídeo – STFD.
SISTEMA METROFERROVIÁRIO		Conjunto de linhas de metrô, monotrilho e linhas de trens metropolitanos, existentes e futuras.
SISTEMAS FIXOS		Os sistemas referem-se a todas as áreas sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, incluindo-se estações, pátios, VIA PERMANENTE, subestações e obras de arte especiais – OAEs. A relação não exaustiva de itens é: ventilação, sinalização, telecomunicação, telecontrole, energia, telefonia e outros de mesma natureza.
SLA		Service Level Agreement.
SMA		Secretaria do Meio Ambiente.
SME		Sistema de Monitoramento Eletrônico.
SMM		Sistema Multimídia
SMMT		Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito de São Paulo.
SMVA		Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo.
SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE	DE DE	Solicitação feita pela CONCESSIONÁRIA, sujeita à prévia anuência pela ARTESP, para a TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE direto ou indireto da CONCESSIONÁRIA, na situação em que tal anuência é necessária nos termos da Cláusula 33 do CONTRATO, observados os termos previstos no ACORDO TRIPARTITE, caso este seja assinado.
SP		São Paulo.
SPE OU SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO		Sociedade anônima, constituída na conformidade da lei brasileira, com a finalidade específica de prestar os serviços públicos objeto da CONCESSÃO.
SPI		Secretaria de Estado de Parcerias em Investimentos.
SPTrans		São Paulo Transporte S/A
SSC		Sistema de Sinalização e Controle.
SSMAS		Saúde e Segurança, Meio Ambiente e Social.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

SSO	Sala de Supervisão Operacional.
SST	Saúde e Segurança no Trabalho.
STI	Speech Transmission Index.
STEL	Sistema de Telefonia
STM	Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos.
STO	Sistema de Transmissão Óptico.
SUBCONTRATADO	Terceiro contratado à conta e risco da CONCESSIONÁRIA para execução de atividades e serviços afetos à CONCESSÃO.
SUCESSORA	Futura operadora(s) dos serviços públicos relacionados à CONCESSÃO, que venha a suceder a CONCESSIONÁRIA, observadas as previsões legais pertinentes.
SUPRESSÃO CONSEQUENTE	Atendimento Imediato, falha que interfere diretamente na circulação do MATERIAL RODANTE sem que haja a paralisação ou que prejudique o sistema operacional.
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados.
SVOC	Compostos Orgânicos Semivoláteis.
SW	Software.
TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES	Tabela com a identificação das infrações e gradações das respectivas sanções, constante no item 6 do ANEXO V.
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta.
TARIFA PÚBLICA	Valor instituído pelo PODER CONCEDENTE para a utilização unitária do SISTEMA METROFERROVIÁRIO por PASSAGEIROS PAGANTES, observados os benefícios decorrentes da política de redução tarifária.
TAXA DE DESCONTO	Taxa calculada utilizada para descontar valores constantes de um fluxo de caixa, composta pela média diária no período dos últimos 12 (doze) meses da taxa bruta de juros de venda das Notas do Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B) ou, na ausência deste, outro que o substitua, <i>ex-ante</i> a dedução do Imposto de Renda, com vencimento que seja compatível com a data de encerramento do PRAZO DA CONCESSÃO, consideradas eventuais prorrogações, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, apurada no início de cada ANO DA CONCESSÃO, acrescida de um spread ou sobretaxa sobre os juros equivalente a [•] p.p. ([•] pontos percentuais) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
TAXA SELIC	Taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária - Copom do Banco Central do Brasil.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

TCA	Termo de Compromisso Ambiental.
TCE	Termo de Compromisso do Empreendedor.
TERCEIRO INTERESSADO	Terceiro interessado na expansão ou melhoria dos SERVIÇOS, ou em gerar benefícios aos PASSAGEIROS, que pretenda executar obras na ÁREA DA CONCESSÃO, das quais resultará uma INFRAESTRUTURA INCORPORADA, incluindo, mas sem se limitar a, outras concessionárias de serviço público.
TERMO DE APROVAÇÃO DOS TESTES OPERACIONAIS	[•] – Anexo III.B.
TERMO DE CONCLUSÃO DA IMPLANTAÇÃO	Documento a ser assinado pela CONCESSIONÁRIA mediante convocação da ARTESP, para marcar o encerramento da FASE DE CONSTRUÇÃO e o início da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, nos termos do ANEXO III.B.
TERMO DE ENCERRAMENTO DA OPERAÇÃO	Documento a ser emitido pela ARTESP na data de encerramento do PRAZO DA CONCESSÃO, para marcar a assunção da prestação dos SERVIÇOS diretamente pelo PODER CONCEDENTE ou por intermédio da SUCESSORA, nos termos do ANEXO III.F.
TERMO DE ENTREGA DOS EMPREENDIMENTOS INICIAIS	Documento a ser assinado pela CONCESSIONÁRIA mediante convocação da ARTESP, para marcar o encerramento da ETAPA DE TRABALHOS INICIAIS e o início da ETAPA DE IMPLANTAÇÃO, nos termos do ANEXO III.B.
TERMO DE FISCALIZAÇÃO	Documento a ser emitido pela ARTESP, que deverá conter os registros das ocorrências apuradas nas fiscalizações realizadas nos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA, para a regularização das inadimplências, faltas ou defeitos verificados, sem prejuízo da imediata aplicação do resultado da fiscalização para os efeitos previstos no CONTRATO, especialmente para fins de mensuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO e para fins de instauração de processo administrativo sancionatório.
TERMO DE REFERÊNCIA	Termos de referência para elaboração dos documentos, PLANOS e programas socioambientais, constantes nos apensos do ANEXO IV.A.
TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO	Documento a ser assinado pela ARTESP e pela CONCESSIONÁRIA, em até 2 (dois) meses contados do fim do PRAZO DA CONCESSÃO, desde que cumpridas todas as condições determinadas no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, inclusive o adimplemento das eventuais indenizações, nos termos do ANEXO III.F.
TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO	Documento a ser emitido com 18 (dezoito) meses de antecedência em relação ao fim do PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos do ANEXO III.F, que deverá conter a situação dos BENS INTEGRANTES e a eventual necessidade de correções ou substituições, sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, bem como a previsão de treinamento de pessoal indicado pelo PODER CONCEDENTE, não cabendo qualquer tipo de ressarcimento à CONCESSIONÁRIA.
TETRA	Terrestrial Trunked Radio.
TITULAR DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural identificada ou identificável que seja titular de DADOS PESSOAIS.
TÍTULO DE VIAGEM	Documento que garante o direito de viagem reconhecido pelo PODER CONCEDENTE para validação do acesso de PASSAGEIRO ao SISTEMA METROFERROVIÁRIO,

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

	configurado nas seguintes, mas não exclusivas, modalidades: <i>Smart Card</i> - Cartão com circuito integrado do tipo MIFARE, para leitura sem contato (<i>Contactless Smart Card</i>); <i>QR Code</i> - Bilhete de leitura óptica, impresso com código de resposta rápida (<i>Quick Response Code</i>), e as definidas no ANEXO X do CONTRATO.
TOP	TÍTULO DE VIAGEM emitido na forma de cartão tipo <i>Smart Card</i> ou QR CODE por meio de aplicativo ou máquinas de atendimento automático, administrado pela ABASP.
TPH	Hidrocarbonetos Totais de Petróleo.
TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE	Qualquer alteração de composição societária, alteração de acordo de acionistas ou qualquer outra operação que, na forma da legislação vigente, implique modificação do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, observado o disposto na Lei Federal nº 6.404/1976.
TRANSFERÊNCIAS	PASSAGEIROS que ingressam nos SERVIÇOS por estação de integração, oriundos de outras linhas do SISTEMA METROFERROVIÁRIO, com ou sem necessidade de pagamento de uma nova TARIFA PÚBLICA, seja por meio de linha de bloqueio ou por meio de contadores de fluxo de PASSAGEIROS em área paga.
TRANSIÇÃO FINAL	Processo de desmobilização dos serviços nos anos finais da CONCESSÃO, compreendendo reversão e/ou transferências dos SERVIÇOS e BENS INTEGRANTES ao PODER CONCEDENTE ou à nova delegatária, regrada pelo ANEXO III.F.
TRATAMENTO OU TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
TRE	Termo de Referência Específico.
TRECHO CRÍTICO	Trecho entre duas estações consecutivas da LINHA 16 no qual se observa o maior carregamento (volume de passageiros transportados), em determinado sentido e para determinada faixa horária (ou outra unidade de tempo).
TRECHO	Trecho contínuo da LINHA 16, entre duas estações, relacionado a um grupo de EMPREENDIMENTOS que deverão ser implantados para viabilizar, em conjunto, a disponibilização dos SERVIÇOS da LINHA 16.
TREM	Unidade completa de serviço, a que se referem os horários, frequências e intervalos de passagem.
TRIBUNAL ARBITRAL	Colegiado arbitral institucional a ser designado nos termos da Cláusula 70 do CONTRATO para solução das controvérsias sujeitas à arbitragem.
UC	Unidades de Conservação.
UNIÃO	Pessoa jurídica de Direito Público representante do Governo Federal no âmbito interno e da República Federativa do Brasil no âmbito externo, reunindo todos os Estados brasileiros que formam a República Federativa do Brasil.
UPS	Uninterruptible Power Supply.
USUÁRIO	Pessoa natural beneficiária do serviço público do transporte metroviário e de serviços correlatos na ÁREA DA CONCESSÃO.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

UTM	Universal Transversa de Mercator.
UTS	<i>Uptime</i> dos Serviços. Trata-se de INDICADOR DE DESEMPENHO que objetiva verificar a disponibilidade e a qualidade da operação, aferindo a frequência e a duração das ocorrências que impactem na OPERAÇÃO NORMAL dos serviços concedidos.
VABG	Violência e Assédio com Base no Gênero.
VALOR DE AJUSTE DO APORTE	Benefício econômico-financeiro da CONCESSIONÁRIA, a ser apurado pelo PODER CONCEDENTE, no caso de antecipação do recebimento de APORTE, conforme previsto pelo ANEXO IX.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	Valor estimado do CONTRATO, equivalente ao somatório dos investimentos, conforme Cláusula 6.1 do CONTRATO.
VALOR PRESENTE DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA ou VPCPF	Valor referente a cada um dos PACOTES DE INVESTIMENTOS disposto no ANEXO IX.A, que será utilizado nos termos do ANEXO IX, para o cálculo das parcelas correspondentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA.
VEÍCULOS AUXILIARES E EQUIPAMENTOS	Veículos ferroviários destinados à manutenção dos SISTEMAS FIXOS, ferramentas e máquinas especializadas utilizadas na construção, manutenção e operação de sistemas metroviários para garantir a eficiência, a segurança, disponibilidade e confiabilidade do sistema metroviário.
VERIFICADOR INDEPENDENTE	Empresa ou consórcio de empresas a ser contratada(o) pela CONCESSIONÁRIA, no prazo fixado no ANEXO III.B, para atuar como avaliador independente dos INDICADORES DE DESEMPENHO, nos termos da Cláusula 18 do CONTRATO e de seu ANEXO II.E, sem prejuízo das competências do PODER CONCEDENTE e da ARTESP.
VHF	Very High Frequency.
VIA PERMANENTE	Sistema de sustentação e guiagem do tráfego de veículos ferroviários, constituído de componentes e instalações distribuídos em dois subsistemas, a saber: (i) infraestrutura (túneis, aterros, cortes, provisões de contenção de taludes, obras de arte, drenagem); e (ii) superestrutura (trilhos, desvios, dormentes, acessórios de fixação, dispositivos amortecedores, lastro, sub lastro).
VIAMOBILIDADE	Concessionária das Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.
VIAQUATRO	Concessionária da Linha 4-Amarela do Sistema de Transporte Metropolitano sobre Trilhos de São Paulo.
VÍCIO OCULTO	Vício, defeito ou inconsistência pré-existente nas infraestruturas, construções, benfeitorias ou imóveis sob a responsabilidade do METRÔ, da CPTM, de outros operadores do SISTEMA METROFERROVIÁRIO ou de terceiros públicos ou particulares localizados na ÁREA DA CONCESSÃO identificado pela CONCESSIONÁRIA durante a implantação dos EMPREENDIMENTOS ou instalação dos SISTEMAS, que atenda aos requisitos descritos na Cláusula 21.1.24.1 do CONTRATO.
VISITA TÉCNICA	Visita com o objetivo de possibilitar ao interessado a obtenção de informações e subsídios técnicos que julgar convenientes para a elaboração da sua PROPOSTA COMERCIAL.

**PROCESSO SPI nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP LINHA 16 - VIOLETA**

VOC	Compostos Orgânicos Voláteis.
VOIP	Voice Over Internet Protocol.
VPL	Valor Presente Líquido.